



Sinal do Reino
no presente
e no futuro



Comunidade
Eclesial de Base:
Lugar de comunhão dos dons

Pesquisa e projeto

Maria da Luz Fernandes

Projeto gráfico e editoração

Comunicação Impressa

Impressão

Gráfica 4 irmãos

Mitra Arquidiocesana de Vitória

Rua Soldado Abílio dos Santos, 47
29.015-620 – Cidade Alta – Vitória – ES
www.aves.org.br

**Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(elaborada por Giovanna Valfré – Bibliotecária CRB 12/557)**

VILELA, Dom Luiz Mancilha, 1942

V699s

Sinal do Reino: no presente e no futuro.

60 p.

Organizadora: Maria da Luz Fernandes

1.Comunidades Eclesiais de Base -CEBs. 2. Igreja Católica Apostólica Romana. 3. Igreja Particular de Vitória – ES. 4.Dom Luiz Mancilha Vilela. 5. Arquidiocese de Vitória - ES. Título.

CDD: 262.26



Caminhar é ir em busca de metas. Significa mover-se para ajudar muitos outros a moverem-se, no sentido de tudo fazer para criar um mundo mais justo e humano.



(Dom Helder Câmara)

Introdução

Há algum tempo sinto a necessidade de tentar escrever sobre a prática pastoral de nossa Igreja Particular. Provocado pelo Conselho Presbiteral que um dia, em reunião, me pediu que escrevesse algo sobre a importância do Conselho Comunitário, Paroquial e Arquidiocesano e pela cobrança de alguns presbíteros, não me contive e resolvi correr o risco.

Há décadas, o jeito da Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo, de evangelizar e testemunhar a fé cristã, tem sido através, sobretudo, das Comunidades Eclesiais de Base. Viver em Comunidade é mais do que um método de evangelizar. É anúncio através do testemunho de vida fraterna e comprometida.

A Comunidade Eclesial de Base não é somente um lugar onde a Igreja vive o Mistério de Cristo e dá testemunho convocando aqueles que não O conhecem a acolhê-Lo. Não é apenas a Igreja presente naquela vila ou bairro, base onde as pessoas residem, é Lugar Eclesial, estrutura da Igreja.

Todos os que recebem o Santo Batismo são inseridos na Igreja. A Igreja é Lugar do cristão! Ao falarmos em Comunidade Eclesial de Base não falamos somente num “sentido sociológico de lugar” onde as pessoas

residem, mas, também, e, principalmente, no “sentido teológico de lugar” onde as pessoas nascem cristãs, vivem em comunhão com Cristo esposo e Cabeça da Igreja! A Referência do cristão é a Comunidade Eclesial a que pertence! Não existe cristão desligado da comunidade.

O Santo Padre, o Papa Bento XVI, assim escreveu na Bula de Nomeação de Dom Dario Campos, Bispo Diocesano de Cachoeiro de Itapemirim: “... queremos que ensines ao clero e ao povo das tuas comunidades eclesiais o que consta no nosso Decreto para que conheçam e sigam com orações o novo Pastor que lhes foi dado.”

O leitor deste pequeno livro verá e perceberá que não há novidades, mas poderá reforçar o seu sentimento de pertença eclesial, poderá redescobrir a sua Comunidade Eclesial onde beberá da fonte animadora e confortadora que fortalecerá sua militância de discípulo missionário no mundo onde exerce sua profissão para ser fiel à sua vocação de construtor do mundo segundo desígnios de Deus, como servidor do Reino.

Dom Luiz Mancilha Vilela, ss.cc.



1 - Refletindo sobre a Comunidade Eclesial de Base

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE _____

DE ONDE SURGEM _____

COMO SE CONSTITUEM _____

COMO SE CRIA UM CONSELHO COMUNITÁRIO _____

2 - Comunidade Eclesial e sua razão de ser _____

3 - Comunidade Eclesial no presente e para o futuro _____

Carta Pastoral _____

	9
▪ 12	
▪ 19	
▪ 25	
▪ 30	
	35
	41
	48





“

As comunidades Eclesiais de Base que, em 1968, eram apenas uma experiência insipiente amadureceram e multiplicaram-se. Em comunhão com os seus bispos converteram-se em centros de evangelização e em motores de libertação e desenvolvimento.



”

(Puebla 96)

1 { Refletindo sobre a Comunidade Eclesial de Base



As Comunidades Eclesiais de Base, surgiram nas décadas de 60 e 70, quando o Brasil tornou-se um dos lugares da América Latina onde seu crescimento e organização foi fortemente vivenciado e onde o “jeito de ser Igreja” foi mais influenciado.

“A fundamentação teológica para a intuição sentida na prática de que a renovação pastoral deve se fazer a partir da renovação da vida comunitária e de que a comunidade deve se tornar instrumento de evangelização” (Doc. 25, 11) veio do Concílio Vaticano II. As Conferências de Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1978), foram instrumento de aplicação do próprio Concílio. Medellín afirmou que “a vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve encontrá-la na comunidade de base”. Puebla (640) esclareceu “nas pequenas comunidades, mormente nas mais bem constituídas, cresce a experiência de novas relações interpessoais na fé, o aprofundamento da palavra de Deus, a participação na eucaristia, a comunhão com os pastores da Igreja particular e um maior compromisso com a justiça na realidade social dos ambientes em que se vive que referendou a importância da participação na comunidade para viver de fato a Palavra de Deus”.

Outro elemento, também advindo do Concílio Vaticano II, que impactou na constituição e organização das Comunidades Eclesiais de Base foi o protagonismo do leigo, já estimulado pela Constituição Dogmática *Lumen Gentium*: “A todos os leigos, portanto, incumbe o preclaro ônus de trabalhar para que o plano divino de salvação atinja a todos os lugares da terra. Conseqüentemente sejam-lhes dadas amplas oportunidades para que também eles participem ativamente na obra salvífica da Igreja, de acordo com

suas forças e as necessidades dos tempos”(LG Cap. IV 33, 85).

A Conferência de Santo Domingo (97) adotou a expressão “protagonismo dos leigos” ao referir-se ao leigo que assume o lugar que lhe compete na ação evangelizadora. Se antes do Concílio os leigos eram receptores da ação pastoral, após o Concílio tornaram-se protagonistas da evangelização. O capítulo IV da *Lumen Gentium* (38), todo dedicado aos leigos, termina com a seguinte afirmação: “Sejam os cristãos no mundo o que a alma é no corpo”.

A partir da volta às fontes, a renovação da experiência da vida comunitária e, esta, como instrumento de evangelização, o protagonismo dos leigos e a realidade brasileira de leigos organizados em irmandades, ordens terceiras e organizações religiosas como Apostolado de Oração, Marianos, Vicentinos e Filhas de Maria, favoreceu a implementação de uma Igreja organizada em Comunidades Eclesiais de Base.

Por um lado, os cristãos buscaram formas de viver a fé em irmandades para suprir a falta de clero desde o início da colonização. Por outro lado, eram alvo da estrutura eclesial mundial que se impunha em todas as partes, e, por longo período centralizou o poder na mão do clero.

Foi o Concílio Vaticano II que resgatou a dimensão pastoral e a responsabilidade de evangelizar com a participação dos leigos e, essa mudança de pensar na Igreja Conciliar, permitiu a organização dos leigos não apenas em irmandades, ordens e organizações, mas tomando parte das decisões para “a nova estrutura eclesial” que surgiu logo depois: a experiência das Comunidades Eclesiais de Base.

Embora o entusiasmo das primeiras Comunidades Eclesiais de Base e o próprio slogan de “um novo jeito de ser Igreja” sugerissem que este era de fato um jeito novo, a verdade é que

a Igreja primitiva era organizada em pequenas comunidades. O espírito do Concílio Vaticano II conduziu a Igreja para uma volta às fontes.

O Novo Testamento está repleto de histórias de pequenas comunidades, mas especificamente o Livro dos Atos dos Apóstolos e as Cartas de S. Paulo contêm relatos e testemunhos dessas comunidades. União, fraternidade, caridade e amizade fortaleciam a fé dessas comunidades (At 2).

Uma leitura atenta das cartas de S. Paulo, pode nos elucidar sobre a necessidade da vida em comunidade como alternativa para um mundo de cultura homogeneizada, onde “as pessoas conheçam e sejam reconhecidas, podendo ser elas mesmas em suas biografias, dizer sua palavra, ser acolhidas e acolher, atendendo pelo nome próprio”, diz a introdução ao Documento 92 da CNBB, Mensagem ao povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base.

A mesma introdução acrescenta: “Nas Cartas Paulinas, aparecem diversas referências à igreja que se reúne nas casas (1Cor 16,19; Rm 16,5; Fl 2; Cl 4,15). Para esses primeiros cristãos, o lar com seu ambiente familiar era a Igreja. A partir daqueles lares, surgiram ministérios e estruturas que moldariam a Igreja, através dos séculos. As Comunidades Eclesiais de Base representam, hoje, a continuidade deste mesmo fenômeno, no seio da Igreja. Elas representam uma maneira de ser Igreja, de ser comunidade, de fraternidade, inspirada na mais legítima e antiga tradição eclesial. Teologicamente são, hoje, uma experiência eclesial amadurecida, uma ação do Espírito no horizonte das urgências de nosso tempo”.

Na Província Eclesiástica de Vitória do Espírito Santo as Comunidades Eclesiais de Base surgiram logo após o encerramento do Concílio Vaticano II. Dom João Batista da Mota e Albuquerque,

então Arcebispo, iniciou um processo pastoral novo para colocar em prática o Concílio, organizando a Arquidiocese, na época constituída pela área territorial da Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo e diocese de Colatina. Foi, exatamente, em Colatina que se realizaram as primeiras experiências de organização eclesial em pequenas comunidades de 1968 a 1970. Os motivos, além da abertura da Igreja para novas experiências eram: falta de clero, distâncias enormes entre a população rural e o êxodo rural que na época se acentuava. Para refletir sobre essas realidades e assimilar as propostas do Concílio Vaticano II, os grupos de cristãos realizavam os “concilinhos” e deles surgiram os primeiros passos para a organização das comunidades.

Inicialmente as comunidades formavam-se por motivos religiosos. Aos poucos, porém, influenciadas pelo contexto histórico e social as mesmas assumiram outras dimensões e compromissos tanto no nível social quanto político e tiveram importante papel na conquista de direitos humanos e sociais.

Frei Beto considera quatro etapas quando explica a constituição das Comunidades Eclesiais de Base. A primeira é a comunidade centrada em sua motivação religiosa, buscando no Evangelho pistas para sua atividade social. A segunda é a dos movimentos populares, surgidos com a participação dos membros das comunidades, independente da opção religiosa. A terceira é do fortalecimento do movimento operário com a participação sindical. A quarta etapa é a busca de novos canais de expressão política e da reformulação partidária¹.

As Comunidades Eclesiais de Base, contudo, são Comunidades Eclesiais. Os termos têm sido discutidos por acadêmicos, retomados pela teologia, reafirmados em diversos documentos

¹BETTO, Frei. O que é comunidade eclesial de base

da Igreja. São comunidades eclesiais e não associações de bairro ou redutos de partidos políticos. A retomada da dimensão eclesial aponta que uma quinta etapa surgiu: a volta às origens.

Talvez, a falta de consenso em torno do termo seja o motivo para que nem todos aceitem as Comunidades Eclesiais de Base como estrutura de Igreja.

É verdade que a experiência eclesial das Comunidades de Base surgiu com um forte acento horizontal e com acentuada carga política, predominando a participação dos leigos. Porém, também, desde o início desta experiência eclesial, sempre houve, além do acento horizontal da dimensão social da vida humana, a presença significativa do acento vertical, a fé. Esta dimensão foi insistentemente acentuada pela hierarquia da Igreja. Não se trata apenas de um “Lugar Sociológico”, mais de um “Lugar Teológico”.

Em nosso meio esta experiência eclesial tem se desenvolvido e amadurecida, de tal forma, que se estabeleceu um sadio equilíbrio. Nem horizontalismo e nem verticalismo! O formato da cruz é essencial em toda a nossa vida e na vida das Comunidades de Base.

Por isso, acredito ser importante esclarecer bem, o que se entende por Comunidade Eclesial de Base. Parece-me mais didático, iniciar pelo que não é.

A Comunidade Eclesial de Base não é um partido político, não é uma Associação de Bairro, mas cristãos(ãs) desta Comunidade podem e devem, se tiverem vocação, participar de partidos tal como de Associações de Bairro. Não se pode, porém, confundir e unir uma coisa à outra. Comunidade Eclesial de Base não é, também, um grupo de reflexão ou um círculo bíblico. Mas, dos círculos bíblicos nascem as Comunidades Eclesiais de Base.

A antropóloga Theije procurou explicar a ambiguidade

em torno do termo Comunidade Eclesial de Base e partiu do significado de cada palavra em separado. Para ele existe acordo na compreensão de comunidade e eclesial, a divergência está na palavra base “comunidade refere-se ao localismo dos grupos e ao caráter coletivo de sua organização. Eclesial relaciona-se à principal motivação do grupo: a fé. Já a palavra base conforma-se como o principal ponto de desencontro entre os autores. Alguns (LÖWY, 1995) a utilizam no sentido marxista, referindo-se aos pobres e oprimidos, outros (MAINWARING, 1989) usam o termo para se referir tanto aos agentes pastorais quanto às Comunidades Eclesiais de Base”.

Para mim a definição de Puebla (641) é clara e não deixa dúvidas “A comunidade eclesial de base, enquanto comunidade, integra famílias, adultos e jovens, numa íntima relação interpessoal na fé. Enquanto eclesial, é comunidade de fé, esperança e caridade; celebra a Palavra de Deus e se nutre da eucaristia, ponto culminante de todos os sacramentos; realiza a Palavra de Deus na vida, através da solidariedade e compromisso com o mandamento novo do Senhor; e torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, por intermédio do ministério de coordenadores aprovados. É de base por ser constituída de poucos membros, em forma permanente e à guisa de célula da grande comunidade. “Quando merecem o seu título de eclesialidade, elas podem reger, em solidariedade fraterna, sua própria existência espiritual e humana”.



Esta designação, Comunidade Eclesial de Base, pertence àquelas que se reúnem em Igreja, para se unir à Igreja e para fazer aumentar a Igreja. Estas [...] serão um lugar de evangelização, para benefício das comunidades mais amplas, especialmente das Igrejas Particulares, e serão uma esperança para a Igreja universal.



(Evangelli Nutiandi 58)

Com base nos princípios citados e na história podemos então esclarecer as origens de uma Comunidade Eclesial de Base: A Comunidade Eclesial de Base começa a aparecer, a partir do encontro dos dois Livros, o Livro da Vida e o Livro da Sagrada Escritura.

O Círculo Bíblico realiza o encontro das duas realidades, a vida sendo iluminada pela Palavra de Deus. É deste encontro que surgem as exigências de uma Ação Evangelizadora através das pastorais específicas, como a pastoral familiar, a catequese, a pastoral da saúde, e, também, as Associações Religiosas, Movimentos Eclesiais, todos evangelizadores de alguma realidade específica no mundo que vivemos anunciando Jesus. A Comunidade Eclesial de Base, nasce do conjunto das pastorais, dos carismas que aparecem no Encontro da Palavra de Deus com o Livro da Vida. A Palavra de Deus está presente nas Sagradas Escrituras como está presente no coração da criação e da humanidade pelo fato da Palavra ter-se Encarnado. É o Mistério da Encarnação do Verbo de Deus no meio de nós!

Ora, a Comunidade Eclesial de Base, surge da organização das pastorais, nascidas dos Círculos bíblicos, estruturando-se como Igreja Evangelizadora da Base, do lugar onde se evangeliza, onde as pessoas se encontram e vivem. É ela que dá consistência ao grupo, organizando a vida Comunitária e a ação missionária da Comunidade nascente, naquele local, de Base. É a estrutura eclesial, Igreja, naquele local, que se compõe, e, se expressa organizada.

Em todas elas para favorecer o encontro com Deus, constroem-se Templos Celebrativos, como sinal de unidade, onde toda a vida é celebrada no Mistério Pascal, Palavra e Eucaristia, como expressão da fé, do amor e da esperança!

Este Templo Celebrativo, torna-se um lugar de referência do Encontro da Comunidade. É Comunidade Missionária presidida pelo presbítero, o pároco que, a partir do centro de animação, a Igreja paroquial, Igreja do pároco, Templo Celebrativo, anima e preside toda a Rede de Comunidades de Base que compõem a sua paróquia.

As Comunidades Eclesiais de Base são Comunidades evangelizadoras, as quais unidas como Comunidade de Comunidades se tornam paróquia evangelizadora. São Comunidades Missionárias, Comunidades em diálogo com o mundo, organizadas com seus Conselhos Comunitários, em comunhão com o pároco, assumindo toda a responsabilidade da missão ordenada por Jesus “Ide pregai o Evangelho a todas as criaturas e fazei discípulos” (Mc 16,15).

Na Comunidade Eclesial, as pessoas não ficam no anonimato. Os leigos participam e assumem a missão que lhes cabe. A Comunidade deseja e precisa da presença do pároco e do bispo, mas estes, não abafam as iniciativas dos leigos. Eles apenas cumprem a missão que lhes cabe, fazendo as vezes de Cristo, Cabeça da Igreja. Sem o Bispo e o Presbítero ela estaria incompleta como Igreja de Cristo. As Comunidades Eclesiais de Base são, pois, estrutura geográfica ou ambiental, que compõem a paróquia e, juntas formam um todo, bem unido, para anunciar e testemunhar o Evangelho e dialogar com o mundo.

A Paróquia, por sua vez está unida às outras paróquias que, juntas, são presididas e animadas pelo Sucessor dos Apóstolos, o Bispo Diocesano, compondo, assim, a Igreja Particular ou Diocese. Desta maneira pode-se constatar que as Comunidades Eclesiais de Base estão profundamente unidas ao Sucessor dos Apóstolos, pois, o Bispo e o Presbítero formam um único Presbitério, com uma única missão de formarem, santificarem e conduzirem a porção do Povo de Deus que lhes foi confiada por Deus.

As Comunidades Eclesiais de Base são Bênção de Deus, dom do Espírito Santo que anima e conduz a sua Igreja. Vale a pena recordar o que nos diz o documento de Puebla sobre este tema: “Pergunta-se quando é que uma pequena comunidade pode ser considerada verdadeira Comunidade Eclesial de Base na América Latina?” “Os cristãos, unidos em Comunidade Eclesial de Base, fomentando sua adesão a Cristo, procuram uma vida mais evangélica no seio do povo, colaboram para questionar as raízes egoístas e de consumismo da sociedade e explicitam a vocação para a comunhão com Deus e com os irmãos, oferecendo um valioso ponto de partida para a construção duma nova sociedade, ‘a civilização do amor’” (Puebla, 642).

Portanto, as Comunidades Eclesiais de Base não são associações de bairro, não são movimentos políticos ou partidos políticos! Porém, é bom e necessário, que os fiéis cristãos que têm vocação política partidária participem e evangelizem estes ambientes sem, no entanto, os confundirem com a Comunidade Eclesial de Base.

Evitando-se as ideologias seja de direita, de esquerda ou de centro, a Comunidade Eclesial de Base, aberta aos novos desafios das realidades urbanas e rurais, torna-se necessária para uma nova evangelização.

A aversão que alguns Movimentos Eclesiais têm contra as Comunidades Eclesiais de Base e, estas contra os Movimentos, não colaboram para a compreensão da importância de uma Comunidade Eclesial de Base, como também, da importância da Comunidade Eclesial de Base, reconhecer, em seu meio, os carismas diversos como dons de Deus à sua Igreja que são as ordens e congregações religiosas, comunidades de leigos consagrados e movimentos eclesiais! Comunidade Eclesial de Base, é dom do Espírito como também os carismas são dons do Espírito à Comunidade Eclesial de Base, Igreja de Cristo!

Lembro-me de quando bispo novo em Cachoeiro de Itape-

22

mirim ouvi do bispo que me antecedeu, Dom Luiz Gonzaga Peluso, este comentário: “As Comunidades Eclesiais de Base são dons do Espírito Santo. Não tenho dúvidas sobre isso, mas eu não sei acompanhar essa gente”. Ao dizer-me isso, Dom Luiz, esperava que eu soubesse, prudentemente, tratar dessa questão. De fato, fizemos um belo caminho na compreensão e opção pelas Comunidades Eclesiais de Base. Lembro-me, também, da alegria dos bispos da Província Eclesiástica de Vitória do Espírito Santo, quando na última Visita ad Limina com o Papa João Paulo II em 2002, o Santo Padre disse no discurso aos Bispos do Regional Leste 2: “... é neste sentido que as Comunidades Eclesiais Capixabas vêm favorecendo o enriquecimento da vida eclesial no seu Estado. Também a elas desejo constar meu louvor e estímulo pela obra evangelizadora que estão realizando”. Era a confirmação do Papa a respeito da Igreja que está no Estado do Espírito Santo. Era a aprovação do Santo Padre ao “jeito capixaba de ser Igreja”, como gostava de dizer Dom Aldo Gerna, Bispo Emérito de São Mateus.

Comunidade Eclesial de Base não é um Movimento Eclesial, é estrutura da Igreja! O Movimento eclesial pertence à ordem carismática da Igreja. Os carismas surgem e têm seu lugar dentro da Igreja e jamais fora ou paralelo à Igreja. Um Movimento Eclesial não é a Igreja, porém, todos os Movimentos surgidos na Igreja devem ser profundamente eclesiais, a serviço da Igreja.

A Comunidade Eclesial de Base definida pela Conferência de Medellin como estrutura da Igreja, foi confirmada e reconhecida pela Conferência de Aparecida como “um meio privilegiado para a Nova Evangelização e para chegar a que os batizados vivam como autênticos discípulos e missionários de Cristo. São elas um ambiente propício para escutar a Palavra de Deus, para viver a fraternidade, para animar na oração, para aprofundar processos de formação na

fé e para fortalecer o exigente compromisso de ser apóstolos na sociedade de hoje. São lugares de experiência cristã e evangelização que, em meio à situação cultural que nos afeta, secularizada e hostil à Igreja, se fazem muito mais necessários. Se desejamos pequenas comunidades vivas e dinâmicas, é necessário despertar nelas uma espiritualidade sólida, baseada na Palavra de Deus, que as mantenham em plena comunhão de vida e ideais com a Igreja local e, em particular, com a comunidade paroquial. Por outro lado, conforme há anos estamos propondo na América Latina, a paróquia chegará a ser “comunidade de comunidades”. Destacamos que é preciso reanimar os processos de formação de pequenas comunidades no Continente, pois nelas temos uma fonte segura de vocações ao sacerdócio, à vida religiosa e à vida leiga com especial dedicação ao apostolado. Através das pequenas comunidades, pode-se também chegar aos afastados, aos indiferentes e aos que alimentam descontentamento ou ressentimentos em relação à Igreja”.

As atuais Diretrizes da CNBB (2011-2015), reafirmam as Comunidades Eclesiais de Base como lugar de vivência, testemunho e missão: “Fruto de longa experiência em muitas regiões do Brasil, destacam-se as Comunidades Eclesiais de Base, forma privilegiada de vivência comunitária da fé, inseridas no seio da sociedade em perspectiva profética. Verdadeiras escolas que formam cristãos comprometidos com sua fé permitem o povo chegar a um conhecimento maior e vivência da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho, ao surgimento de novos serviços de leigos e leigas, à educação da fé dos adultos, a um compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres”.



Queremos reafirmar que elas (as Comunidades Eclesiais de Base) continuam sendo um “sinal da vitalidade da Igreja”. os discípulos e as discípulas de Cristo nelas se reúnem para uma atenta escuta da Palavra de Deus, para a busca de relações mais fraternas, para celebrar os mistérios cristãos em sua vida e para assumir o compromisso de transformação da sociedade.



(Documento 92)

{ COMO SE CONSTITUEM

No nosso jeito, na Província Eclesiástica de Vitória do Espírito Santo, é muito claro o modo de agir e a conceituação de Comunidade Eclesial de Base. Aqui poderíamos dizer “o agir segue o ser”! Esta é concepção e o agir das Comunidades Eclesiais de Base, no Estado do Espírito Santo.

Quando falamos ou escrevemos que a Comunidade Eclesial de Base é estrutura de Igreja, ou seja, “una picolla parochia”, como dizia dom Aldo Gerna a sua Santidade o Papa João Paulo II, nós professamos uma comunidade eclesial profundamente aberta, onde se manifesta toda a vida da Igreja, Esposa de Cristo. Isto significa que no coração desta Igreja há lugar para todos os que acolheram Jesus Cristo como Salvador, e todas as pessoas de boa vontade que buscam a Deus de coração sincero. Nesta comunidade surgem os diversos carismas que dão vida à Igreja, e estão a serviço da Igreja.

O processo de nascimento, crescimento e maturidade, de uma Comunidade Eclesial de Base, obedece à dinâmica que expresse através deste exemplo: Imaginemos um lugar, seja em ambiente urbano ou rural. Neste lugar a evangelização sistemática ainda não chegou. Há somente algumas pessoas católicas que pertencem ou já pertenceram a alguma Associação Religiosa e outras que pegam uma condução para participar da santa missa num lugar distante de onde se encontram.

- Temos dois elementos importantes a observar neste fato:
- ▶ Um lugar necessitado de evangelização.
 - ▶ Algumas pessoas de fé morando neste lugar.

Este lugar, geograficamente, pertence a uma determinada paróquia. O presbítero, o pároco, que é um homem de visão,

espírito missionário apostólico, preocupa-se com a evangelização deste lugar. Inteligentemente, ele entra em contato com aquelas pessoas da mesma fé e as estimula a se reunirem em volta de preocupações comuns, do ponto de vista da fé ou mesmo como cidadãos que são. O presbítero motiva-as, assim, para se agruparem e juntos lerem os dois livros importantes da vida: o que costumamos chamar livro da vida, ou seja, a vida que acontece naquele lugar, e o livro da Sagrada Escritura ou Bíblia. O presbítero ajuda este pequeno grupo a confrontar os dois livros: a Palavra de Deus e a realidade da vida. Este exercício é feito pelo menos semanalmente.

Aos poucos os grupos de reflexão, ou bíblicos, vão crescendo e se multiplicando. Pouco depois, os mesmos solicitam que o presbítero celebre uma missa para eles, mesmo que ainda não exista um templo. O pároco aceita e a Celebração Eucarística acontece. Que festa! Que alegria!

Os grupos continuam se reunindo e deles surgem diversos apelos. O confronto dos dois livros não os deixa acomodados, provoca neles o desejo de catequese, de conhecimento da Bíblia, de um batismo mais consciente. Provoca, também, corresponsabilidade cidadã, para reivindicarem direitos para o seu bairro. E assim, com os dons de cada um, a organização dos diversos serviços começa a dar corpo à comunidade.

O presbítero, animador desses grupos, estimula-os, aconselha-os a se interrogarem se não seria aquele o momento de comporem, através de representantes dos diversos grupos de reflexão, catequese, associações religiosas etc., um Conselho Comunitário.

Este Conselho Comunitário teria, então, a missão de articular e fazer acontecer toda a Ação Evangelizadora que, aquela comunidade nascente, sentisse necessidade naquela realidade

e situação. Como organizar a catequese para crianças, jovens, adultos? Como formar os animadores dos grupos de reflexão?

Precisaria, também, de um coordenador e de um secretário eleitos entre os demais participantes, representativos de todas as forças vivas nascentes que iriam se fortalecendo como Comunidade de Fé, de Esperança e de Caridade. De fé porque à luz da Palavra de Deus se deixam educar, vão sendo educados por Ela no seu relacionamento com Deus, com o próximo e com a natureza. De esperança porque haverá muita coisa para corrigir e melhorar e só conseguirão com a ajuda de Deus e colaboração dos irmãos. De caridade porque aprenderão da Palavra de Deus que todos devem ser irmãos.

Mais à frente falaremos sobre a necessidade e a constituição de um Conselho Comunitário.

Assim, esta Comunidade Eclesial nascente está em sintonia com as demais Comunidades Eclesiais de Base da paróquia, presididas pelo pároco.

Continuando sua dinâmica da leitura e meditação dos dois livros e aprofundando-se nas diversas pastorais surge o desejo da Eucaristia. Começa-se a participar da Celebração da Eucaristia, na medida em que o presbítero possa presidir. Porém, quando o presbítero não pode comparecer pessoalmente, fazem-se necessários novos ministérios: o coordenador da comunidade, o homiliasta ou o Ministro Extraordinário da Palavra, os animadores de canto ou ministério de música sacra, Ministro Extraordinário da Comunhão Eucarística, etc. A Comunidade celebra a Palavra com a Distribuição da Sagrada Eucaristia no Dia do Senhor, como fazia antes, confrontando os dois livros, mas não mais em grupo particular e sim com todos os grupos, uma grande assembleia, louvando, agradecendo, bendizendo, suplicando, pedindo perdão, comprometendo-se com a vida nova em Cristo Jesus. Contudo, a

Comunidade Eclesial de Base tem clareza de que esta Celebração Dominical não se compara à Celebração Eucarística. Porém, na impossibilidade de participar da Santa Missa os fiéis não deixam de celebrar o Dia do Senhor.

Esta Comunidade, que, talvez, ainda não tenha um templo, celebra numa garagem ou em baixo de uma árvore, compromete-se a construir um templo que possa acolher todos para a Celebração da Palavra e da Eucaristia, as duas mesas que dão vida à Comunidade Eclesial.

Desta dinâmica e nesta dinâmica, surge a questão de manutenção da comunidade, do templo, a necessidade da partilha. A resposta será encontrada no livro das Sagradas Escrituras que tudo ensina, de maneira especial o livro dos Atos dos Apóstolos que propõe os fundamentos de toda a vida da comunidade, da fé e da partilha. Os membros da comunidade nascente, com certeza perceberão que a comunidade precisa de um apoio financeiro. Surge a necessidade do dízimo na comunidade que irá compor com as outras Comunidades Eclesiais o dízimo paroquial que será devidamente compartilhado entre a Comunidade Eclesial, a paróquia, e esta, compartilha com as necessidades da Arquidiocese.

Em suma, o que move a Comunidade Eclesial de Base são duas colunas fundamentais: A Palavra de Deus que forma o fiel cristão na verdade, no amor e na justiça e a Eucaristia onde e quando com Jesus nos oferecemos ao Pai e de Jesus aprendemos o mistério do lava-pés em nossas famílias, comunidades, empresas etc. Com estes princípios não há lugar para ideologias.

A partir desta experiência profunda de fé e de compromisso, muitos cristãos desta Comunidade Eclesial sentem-se chamados por Deus para atuar em diversos lugares, em seu bairro ou outro lugar, como por exemplo, associações de bairro,

partidos políticos, sindicatos etc. Esses compromissos, porém, são distintos da Comunidade Eclesial de Base. Isto faz parte da vocação missionária de cada cristão em diálogo com o mundo nos seus diversos aspectos e desafios pastorais.

Da mesma forma surgem Movimentos Eclesiais, Associações Religiosas, movidas pelo Espírito, para edificação da própria Comunidade Eclesial e para a missão.

O nosso jeito de ser Igreja, aqui na Província Eclesiástica de Vitória do Espírito Santo, é dinâmico, fiel, sempre buscando a Comunhão entre todos: evangelizadores, leigos, presbíteros e bispos.

Para que consigamos esta comunhão, desde a Comunidade Eclesial de Base até a Coordenação Arquidiocesana, somos regidos por um Direito Particular expresso em diversos regimentos que normatizam os diversos Conselhos, ou seja, Conselho Comunitário, Paroquial, de Área Pastoral, Arquidiocesano, Presbiteral e o Colégio de Consultores. Para cada nível de Conselho temos claro sua natureza, objetivos e normas.

Este jeito capixaba de ser Igreja, organizada em pequenas Comunidades, que se tornou a estrutura eclesial de nossa organização, exige de toda a Igreja Particular a co-responsabilidade e a comunhão em todas as dimensões da ação evangelizadora, seja nas celebrações litúrgicas ou na atividade missionária e catequética, social, administrativa, etc.

Por isso, os Conselhos: Comunitário, Paroquial, de Área Pastoral e (Arqui) diocesano são como que a coluna vertebral de toda a Igreja Particular ou a baliza de como está a Ação Evangelizadora desta Igreja enquanto mistério de comunhão e missão. São os Conselhos, nos seus diversos níveis, que favorecem a participação de todos nas decisões pastorais e administrativas da Comunidade Eclesial, da Paróquia e da Arquidiocese.

{ COMO SE CRIA UM CONSELHO COMUNITÁRIO

O Concílio Vaticano II trouxe-nos a ideia força da Comunhão e da Participação. A Igreja é mistério e instrumento de comunhão. É sinal do Reino. Como comunhão promove a participação de todos como servos uns dos outros, servos entre si, vivenciando o lava-pés. Uma Igreja servidora da humanidade onde cada grupo tem sua participação específica, mas na igualdade entre todos os batizados. Os documentos surgidos do Concílio Vaticano II, especialmente as constituições *Lumen Gentium*, *Gaudium et Spes*, *Dei Verbum* e *Sacrosanctum Concilium*, apontaram as razões para uma mudança de compreensão da Igreja sob uma visão hierárquica piramidal para uma Igreja de comunhão, colegiada e ministerial.

Esta nova maneira de compreender a Igreja valorizou a Igreja Local, espaço onde dons, carismas e serviços de cada batizado, evidenciam a missão e o protagonismo dos leigos permitindo a participação de todos no sacerdócio comum de Cristo, como diz a *Lumen Gentium* no número 10 “o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora se diferenciem essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se mutuamente um ao outro; pois um e outro participam, a seu modo, do único sacerdócio de Cristo”. Coube às Conferências Episcopais e às Igrejas Locais encontrar as formas para colocar em prática a Igreja de comunhão, colegiada e ministerial.

Na Arquidiocese de Vitória, a constituição dos Conselhos em todos os níveis hierárquicos, foi o modelo escolhido e ado-

tado para expressar e permitir a participação de todos na ação evangelizadora.

No ano em que celebramos 50 anos do Concílio Vaticano II percebemos que as decisões colegiadas tornaram-se comuns em todos os níveis organizacionais. A participação de todos nas tomadas de decisão invadiu os ambientes de trabalho e os âmbitos da política e das relações humanas de forma geral.

Na Igreja, porém, a participação tem um sentido mais profundo. O Concílio Vaticano II colocou-nos diante do mistério de comunhão a partir da Trindade Santa, nossa origem e nosso destino. Viver o mistério da comunhão é a nossa vida e o nosso testemunho. Aí está o sentido de um Conselho Comunitário. Juntos, presidido pelo pároco, aquele que deve fazer as vezes de Cristo Cabeça, os conselheiros refletem e planejam à luz da fé, com o objetivo de, em comunhão, estabelecer comunhão e convocar a todos para a comunhão em vista da missão. Nos Conselhos, o debate vai além do debate, neles, buscamos juntos a vontade de Deus para obedecê-la e cumpri-la no mundo e a serviço do mundo.

A experiência dos Conselhos na Arquidiocese de Vitória sustenta a organização pastoral com base no exercício da vivência da comunhão. Arcebispo e presbíteros formam uma Comunidade Presbiteral a serviço da Igreja Local, Arquidiocese. O Arcebispo confia aos membros do presbitério a missão de formar o povo de Deus, evangelizar, batizar, santificar e governar a porção do Povo de Deus que compõe a Arquidiocese. Da mesma forma, a paróquia com suas Comunidades Eclesiais de Base é confiada a ele, o pároco.

O Arcebispo, com os seus presbíteros cuida desta Porção do Povo de Deus de uma maneira organizada e corresponsável. Se um Presbítero pároco não cumprir bem a sua tarefa, a sua missão, todo o Corpo Presbiteral sofre com isso.

Pois bem, assim se dá com o governo de uma paróquia. Segue-se o mesmo princípio de colegialidade na animação paroquial. Como o arcebispo tem o seu Conselho Presbiteral, o seu Conselho Arquidiocesano (COPAV) e Conselho Administrativo para conseguir animar todo o serviço evangelizador da Arquidiocese, o pároco tem o seu Conselho Paroquial composto de representantes dos Conselhos Comunitários, do qual é presidente. O Pároco precisa saber trabalhar de maneira colegiada. Se ele for centralizador, com certeza não conseguirá cumprir bem a sua missão.

O Conselho Comunitário é um organismo vital de uma Comunidade. É um instrumento que o Espírito Santo concede ao pároco para evangelizar, santificar e governar, de fato, uma Comunidade Eclesial de Base.

Este Conselho é composto pelos representantes de toda a força viva da Comunidade, ou seja, membros de Círculos Bíblicos, Pastorais, Associações Religiosas e Movimentos, além de pessoas idôneas e capazes, eleitas pessoalmente pelo pároco. São pessoas de fé e cientes de sua vocação batismal, missionárias naquele lugar geográfico e onde se encontra a Comunidade Eclesial de Base. Daí o termo base, no sentido sociológico, mais também, e sobretudo, no sentido teológico. Este Conselho tem a missão de conhecer bem a realidade que deve evangelizar. Ele precisa saber estatisticamente quantas famílias católicas existem

na Comunidade, aquelas que participam da vida comunitária e aquelas que não participam; cadastrá-las para poder servi-las bem na oração e na caridade. Deve conhecer toda a realidade humana dentro deste bairro ou lugar geográfico.

O pároco saberá se tal Comunidade Eclesial vai bem ao perceber e verificar em suas reuniões se o Conselho Comunitário está funcionando bem, cumprindo a sua missão.

O fiel cristão leigo está consciente da importância do pároco como presidente do Conselho, mas, está muito mais consciente, de que ele mesmo, tem uma missão a cumprir como evangelizador, proveniente de seu Batismo, e, que não pode delegar para outro. Por isso, ele procura não faltar às reuniões do Conselho, convocadas pelo coordenador. Participar destas reuniões é um ato de fé de cada membro do Conselho Comunitário, um compromisso cristão: "Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura" (Mc 16,15).

Assim, o Pároco, com o seu Conselho Paroquial, ora com Jesus: "Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e doutores e as revelastes aos pequeninos"! (Mt 11,25).

Há um vínculo profundo entre o pároco e seus Conselhos Comunitários e Paroquial. Permanece em toda a Igreja o princípio de colegialidade.



Fenômeno estritamente eclesial, as Comunidades Eclesiais de Base em nosso país nasceram no seio da Igreja/instituição e tornaram-se ‘um novo modo de ser Igreja’. Pode-se afirmar que é ao redor delas que se desenvolve, e desenvolverá, cada vez mais, no futuro, a ação pastoral e evangelizadora da Igreja.



(Documento 92, 3)

2 { Comunidade Eclesial e sua razão de ser



Uma Comunidade Eclesial supõe, sobretudo, que ela é constituída de pessoas livres que se intercomunicam, dão-se a conhecer e se conhecem, respeitam e são respeitadas, amam e são amadas. A pessoa faz soar a sua individualidade no diálogo com a outra, especialmente com o Outro, Deus. Da mesma forma a pessoa escuta e acolhe a outra pessoa que, por sua vez, se faz soar no coração daquela que ouve e escuta com respeito a quem se comunica.

Em outras palavras não pode haver comunidade e Comunidade Eclesial se não houver pessoa, pessoas que dialogam, que amam e são amadas. E isto nós comprovamos em nossos círculos bíblicos, grupos de reflexão à luz da Palavra de Deus, em nossas celebrações comunitárias quando todas as pessoas que se conhecem, que têm fé e se amam e esperam confiantes a Graça de Deus.

A Sagrada Liturgia expressa magistralmente esta realidade de Deus que age primeiro e a comunidade que responde ao Amor Divino (Esdras 9 e 10). Diálogo profundo e sincero das pessoas com o Senhor! Este diálogo, com certeza já foi precedido do encontro humano entre os irmãos e irmãs que nasceram da mesma pia batismal, uma só fé, um só batismo e uma só esperança! Ao entrarem na igreja todos são acolhidos com alegria seja na porta da igreja seja depois pela pessoa que faz o comentário da celebração litúrgica.

Pessoa, comunidade, sociedade, são eixos sobre os quais a CNBB em 2003 passou a direcionar a ação pastoral. A pessoa reconhece-se como tal na comunidade e esta expressa o sentido de sua existência com sua missão no mundo.

Uma Comunidade Eclesial não é apenas uma comunidade

de pessoas com objetivos comuns, é comunidade de pessoas com a mesma fé e a mesma esperança! Por isso todos os fiéis são educados no bom relacionamento entre si porque todos são discípulos e discípulas missionários(as) sejam estes de algum Movimento Eclesial, Associação religiosa ou simplesmente membros de uma Comunidade de Fé Esperança e Caridade, que se confrontam com a Palavra de Deus, como nos diz S. Paulo (2Tim 3, 16-17) “Toda a Escritura é inspirada por Deus e é útil para ensinar, para argumentar, para corrigir, para educar conforme a justiça. Assim, a pessoa que é de Deus estará capacitada e bem preparada para toda a boa obra”.

O Papa João Paulo II em sua mensagem entregue aos bispos e dirigida aos líderes das Comunidades Eclesiais de Base, por ocasião de sua visita ao Brasil em 1980 insistiu na fidelidade à eclesialidade: “Entre as dimensões das Comunidades Eclesiais de Base, julgo conveniente chamar a atenção para aquela que mais profundamente as define e sem a qual se esvairia sua identidade: a eclesialidade” e continua:

“Sublinho esta eclesialidade porque está explícita já na designação que, sobretudo na América Latina, as Comunidades receberam. Ser eclesiais é sua marca original e seu modo de existir e operar. Formam-se em comunidades orgânicas para melhor serem Igreja. E a base a que se referem é de caráter nitidamente eclesial e não meramente sociológico ou outro. Sublinho, também, esta eclesialidade porque o perigo de atenuar essa dimensão, se não deixá-la desaparecer em benefício de outras, não é nem irreal nem remoto, antes é sempre atual. É particularmente insistente o risco de intromissão do político. Esta intromissão pode dar-se na própria gênese e formação das

Comunidades, que se congregariam não a partir de uma visão de Igreja, mas com critérios e objetivos de ideologia política. Tal intromissão, porém, pode dar-se também sob a forma de instrumentalização política de Comunidades que haviam nascido em perspectiva eclesial. Uma delicada atenção e um sério e corajoso esforço para manter em toda a sua pureza a dimensão eclesial dessas Comunidades é um eminente serviço que se presta de uma parte a elas próprias e de outra parte à Igreja. A elas, porque preservá-las em sua identidade eclesial é garantir-lhes a liberdade, a eficácia e a própria sobrevivência. À Igreja, porque só servirão à sua missão essencial de evangelização Comunidades que vivem autenticamente a inspiração eclesial sem dependências de outra ordem. Aquela atenção e aquele esforço são um dever sagrado do Sucessor de Pedro, por força da sua ‘solicitude de todas as Igrejas’ (cf. 2 Cor 2, 28). São um dever de cada Bispo em sua Diocese e dos Bispos colegialmente unidos no âmbito de uma Nação. São um dever também dos que têm alguma responsabilidade no seio das próprias Comunidades”.

A partir da realidade de pessoas livres, discípulas missionárias conseqüentemente a experiência e vivência da Comunidade Eclesial de Base faz com que ela tome consciência de sua vocação e missão missionária. A Comunidade Eclesial de Base é Comunidade missionária de pessoa missionárias! “Ide e pregai o Evangelho e todas as criaturas, fazei discípulos, batizai em nome do Pai do Filho e Espírito Santo” (Mt 28,19).

A prática interpessoal faz parte do nosso ser eclesial. A pessoa cresce e desenvolve sua vocação humana e cristã nesta relação desde a primeira comunidade, a comunidade familiar até a Comunidade Eclesial.

Neste tempo, em que vivemos e dizemos que estamos em mudança de época, é extremamente importante que dinamizemos estes valores: pessoa livre que se comunica e desta comunicação nasce a comunidade. Pessoa Missionária e Comunidade missionária, características essenciais de uma Comunidade de Base! O documento 62 da CNBB (156) ao discorrer sobre a participação do leigo e a nova evangelização acentua o caráter missionário da comunidade “a comunidade eclesial é missionária, pela sua própria existência. Ela deve dar testemunho de comunhão fraterna e daquela unidade com o Pai, pelo Filho e no Espírito, que é necessária para que ‘o mundo creia’”. A mesma dimensão missionária da pessoa e da comunidade foi retomada no Documento de Aparecida e nas atuais Diretrizes da CNBB (2011-2015). Aparecida aponta o caminho chamando para uma conversão pastoral e acentuando que “todos os batizados da América Latina e do Caribe, através do sacerdócio comum do Povo de Deus, são chamados a viver e a transmitir a comunhão com a Trindade, pois a evangelização é um chamado à participação da comunhão trinitária. O impulso missionário é fruto necessário à vida que a Trindade comunica aos discípulos”. (DA 157, 347).

Assim, tanto a pessoa como a Comunidade, cumprem a missão de comunicadores, anunciadores do Reino de Deus e Sinal do Reino enquanto Comunidade Eclesial. A Igreja não é o Reino de Deus, mas sim Sinal do Reino Deus!

A compreensão da missão individual, da missão da comunidade fortalece a força da Igreja missionária que se manifesta pela rede de comunidades que compõe a paróquia e, estas entre si, a diocese. Assim, a valorização dada pelo Concílio Vaticano II à Igreja Local, como lugar da comunhão dos dons, carismas

e ministérios na igualdade de todos os batizados, expressa a comunhão com a Igreja Católica no mundo de que a evangelização dos tempos atuais acontece com a formação de redes de comunidades como sugere o documento 92 da CNBB (p. 21):

“Os membros das Comunidades Eclesiais de Base são discípulos de Cristo e ajudam a formar outras comunidades. Em meio a grandes extensões geográficas e populacionais, a comunidade eclesial de base requer que as relações sejam de fraternidade, partilha de vida, de bens e da própria experiência de fé. Ela deve provocar um encontro permanente com a Palavra de Deus e celebrar na liturgia, na alegria e na festa, a salvação que Jesus Cristo nos trouxe. A experiência da fé e da participação faz amadurecer a comunidade eclesial de base, e lhe confere características próprias de modo a levá-la a um relacionamento fraterno de igualdade com as demais comunidades pertencentes à mesma paróquia. Com isso, a matriz-paroquial ganha maior relevância pastoral na medida em que passa a exercer a função de articuladora das comunidades. Exortamos que a paróquia procure se transformar em “rede de comunidades e grupos, capazes de se articular conseguindo que seus membros se sintam realmente discípulos missionários de Jesus Cristo em comunhão” (Dap, n. 172), tendo por modelo as primeiras comunidades cristãs retratadas nos Atos dos Apóstolos (At 2 e 4). Assim, a paróquia será mais viva, junto com suas comunidades, coordenadas por leigos ou leigas, por diáconos permanentes, animadas por religiosos e religiosas, e que tenham no Conselho Pastoral Paroquial, presidido pelo pároco, seu principal articulador pastoral”.

3 { Comunidade Eclesial no presente e para o futuro



Neste tempo em que falamos de mudança de época não podemos esquecer este fio condutor de nossa vocação e missão a serviço do Reino, enquanto pessoas e enquanto comunidade.

Fomos batizados inseridos numa Comunidade Missionária. Precisamos cultivar estes dois aspectos de nossa vida consagrada pelo batismo. Somos discípulos e seguidores de Cristo, membros da Família de Deus. Porém, não fomos gerados para viver para nós mesmos, mas em Comunhão e para a missão, pois nascemos da comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Como discípulos, junto aos outros discípulos e discípulas, em Comunidade, tornamo-nos Comunidade Missionária desde o nosso nascimento como filhos e filhas de Deus. A Comunidade Eclesial de Base é apenas um meio, para realizar nossa ação Evangelizadora na obediência ao mandato de Cristo.

O sínodo Arquidiocesano veio para ajudar-nos justamente no cumprimento de nossa missão: caminhar juntos na acolhida fraterna e na esperança. A Comunidade Eclesial é povo de Deus em marcha, uma comunidade de esperança. Vem bem a propósito a lembrança do objetivo geral do Primeiro Sínodo Arquidiocesano: “Ser sinal de esperança para o povo, anunciando e testemunhando a Boa Nova de Jesus Cristo, à luz da evangélica opção pelos pobres, caminhando juntos na acolhida fraterna”.

A Paróquia, a Arquidiocese precisa ter no coração que sua vocação é ser Sinal da Comunidade Trinitária na história de todos os dias, nas relações humanas e de fé, no diálogo, no intercâmbio dentro da própria comunidade, como no intercâmbio com os diversos mundos de nossa realidade humana cristã ou não cristã. Estamos aí neste bojo da história, vivendo as

urdiduras da história como pessoas livres e comunidades livres e convictas de valores eternos, desafiando aqueles que ainda não encontraram Aquele que dá sentido à vida, à História.

Nesta mudança de época não podemos permitir que o fraco testemunho de nossa parte gere um atraso humano revelado na violência e no egoísmo. A Força do Cristo Total é maior e mais forte porque somos movidos pela Liberdade e pelo Amor que vem do alto e caminha conosco! Por isso, o mundo é a nossa terra de missão com todos os seus desafios ambientais, territoriais, suas ideias e perguntas. Esta mudança “aflige-nos, mas não nos confunde” como diz o Documento de Aparecida. É para as pessoas deste tempo que as Comunidades Eclesiais de Base devem dar testemunho e anunciar. A Comunidade Eclesial de Base está aberta às novas experiências de serviços, dons, carismas e ministérios que surgem sem perder de vista que a Comunidade Eclesial não crê em uma ideia, mas em Uma Pessoa: Jesus Cristo, Palavra de Deus vivo que nos convoca para a experiência eterna de amor!

Os novos desafios internos da Igreja tomam matizes que tendem a nos confundir: Novas Comunidades, novos ministérios, novos carismas. As atuais Diretrizes (2011-2015) abrem o leque de possibilidades para as novas experiências, mas cabe aqui uma pergunta: são de fato uma novidade? Não serão apenas novas formas diferentes de viver os carismas que aparecem ao longo da história? Sim, incluir as comunidades ambientais que reúnem pessoas por afinidades diversas, as comunidades virtuais e até promovê-las é um desafio que nos aflige, mas não pode confundir-nos. A missão, os carismas e dons que se manifestam

nessas comunidades são serviços eclesiais e de caridade que sempre existiram desde que os apóstolos escolheram “homens de boa reputação, repletos do Espírito e de sabedoria” e os constituíram para cuidar dos órfãos e das viúvas enquanto eles “permaneciam assíduos à oração e ao ministério da Palavra” (At 6,3). Porém, é importante que tenhamos claro que estes novos carismas pessoais ou comunitários não fazem parte da estrutura da Igreja, mas da ordem carismática. Não caminham em paralelo, mas dão amplitude à riqueza espiritual da Igreja.

As Diretrizes 2011-2015 no artigo 61 afirmam “num mundo plural, não se pode querer um único modo de ser comunidade [...] A Comunidade Eclesial deve abrir-se para acolher dinamicamente os vários carismas, serviços e ministérios. De cada uma dessas comunidades, exige-se que sejam alicerçadas na Palavra de Deus, celebrem e vivam os sacramentos, manifestem seu compromisso evangélico e missionário, principalmente com os afastados, sejam solidários com os mais pobres. O importante é não confundir a natureza das comunidades e, assim, evitar concorrências, desgastes inúteis e ambigüidades”. O número 62 afirma “O caminho para que a paróquia se torne verdadeiramente uma comunidade de comunidades é inevitável, desafiando a criatividade, o respeito mútuo, a sensibilidade para o momento histórico e a capacidade de agir com rapidez”. Como percebemos precisamos ter bem claro o que é estrutura de Igreja e o que é carisma.

Sejamos, pois, comunidades abertas às novas experiências acolhendo-as em nossa estrutura eclesial de Comunidades Eclesiais de Base, formando redes de comunidades, expressão

da comunhão da Trindade e da Igreja Universal.

Concluindo, conscientes de que somos Igreja nascida da Trindade e em nossa caminhada sinal da Trindade em direção da grande comunhão na Trindade, deva ser constante em nossa vida eclesial deixarmos-nos guiar pelo Espírito Santo e estarmos abertos aos novos e constantes desafios que a realidade humana nos apresenta diante da Palavra. Serão sempre obrigatórios a leitura dos dois livros de uma maneira atual e fiel, para que Jesus seja anunciado com a linguagem do tempo presente em direção ao futuro liderado por Cristo Ontem, Hoje e Sempre.



“

Assim, a Igreja se faz presente nas diversas realidades, vai ao encontro dos afastados, promove novas lideranças, e a iniciação à vida cristã acontece no ambiente em que as pessoas vivem.



”

(Documento 94, 62)

Carta Pastoral

Vitória, 30 de julho de 2004

Em 2004, logo após iniciar minha missão de Arcebispo desta Igreja Particular escrevi uma carta pastoral às Comunidades Eclesiais. Deixo-a aqui como texto final deste livro para que seu conteúdo seja retomado e possa contribuir com o novo pensar as Comunidades Eclesiais desta Arquidiocese.

Caríssimos irmãos e irmãs.

Saúde e Paz!

Em primeiro lugar, quero agradecer a todos vocês os cumprimentos por ocasião da recepção do Pálio no dia 29 de junho das mãos do Santo Padre.

Em Roma, junto aos túmulos dos Apóstolos Pedro e Paulo, lembrei-me de toda a Arquidiocese, clero, religiosos (as) e leigos (as) com suas conquistas e desafios. (1Pe. 2, 4-10).

Sem dúvida alguma, ao receber o Pálio das mãos do Santo Padre, mais um vínculo profundo se concretizou entre esta Igreja e o Sumo Pontífice, o Bispo de Roma, Pedro, João Paulo II. Deus nos conserve sempre unidos e atentos aos ensinamentos e testemunho do Santo Padre.(1Pe.1,1-21)

48 Acabo de reunir e presidir o Conselho Presbiteral. Nesta reunião os irmãos presbíteros pediram-me que lhes escrevesse uma carta orientadora sobre algumas questões pastorais. A comunhão entre nós é um valor inestimável. Nada em nossa vida pastoral e pessoal pode cobrir este mistério que nos envolve, nossa união como Igreja de Cristo, dirigida por Ele usando-nos como mediação na história. (1Cor.12,12-30)

Apaixonados pelo Mistério de Comunhão no qual estamos envolvidos e em vista da expressão visível deste Mistério, aqui e agora, hoje, nesta região geográfica que compreende a Arquidiocese de Vitória passo a fazer-lhes algumas observações seguidas de orientações a serem observadas por todos nós.

01 Tenho ouvido e percebido que o exercício da autoridade e da coordenação requer melhor reflexão e compreensão de

todos nós. Todos os que exercemos autoridade e coordenação não a exercemos como o mundo a exerce, mas como nosso Mestre e Senhor; isto é, lavando os pés dos nossos irmãos. A autoridade gera vida, não gera a exclusão. Gera a comunhão, não gera o aniquilamento ou o desprezo. É necessário uma mística no exercício da autoridade e da coordenação de uma comunidade. O poder entre cristãos é um “poder- serviço”! Se quisermos, de fato, ser uma Igreja servidora é necessário que todos nós nos convertamos, assumindo atitudes de servos dos irmãos e não como se fôssemos senhores de nossas comunidades. (Jo. 13, 1-20)

02 Tenho observado, com muita alegria, a acolhida fraterna aos irmãos e irmãs que entram nas igrejas para as celebrações litúrgicas. São atitudes significativas e muito bonitas. Vejo com alegria que é um bom costume de todas as nossas Comunidades Eclesiais de Base. Os irmãos são acolhidos verdadeiramente como irmãos e sentem-se bem com este acolhimento fraterno. Porém, esta mesma atitude tão carinhosa está deixando a desejar em algumas Comunidades Eclesiais de Base por parte de membros dos Conselhos Comunitários e Paroquiais, em relação aos Movimentos e Novas Comunidades Cristãs existentes na Arquidiocese. Estes se queixam como se fossem cristãos de segunda classe quando não lhes permitem a participação como aos demais cristãos, não lhes proporcionando, com esta atitude de rejeição, a possibilidade de progredirem no melhor conhecimento de Jesus Cristo e de sua Igreja, fortalecendo a sua fé eclesial e a redescoberta da Igreja bem como o lugar do Movimento nesta mesma Igreja.

A Comunidade Eclesial de Base deve ser o lugar onde nós aprendemos a ser e crescer como Igreja, evitando assim qualquer perigo de paralelismo. Isto só será possível se houver acolhimento e abertura de todos, especialmente de quem coordena e exerce autoridade com os que buscam a Deus de coração sincero, com os irmãos e irmãs que tentam se aproximar trazidos pelos Movimentos que os motivaram para esta busca. Isto é um dever, um direito de todos os batizados. Quando não há abertura e acolhida surge o conflito de poder, seja por parte de membros de Movimentos seja por parte de membros dos Conselhos. Ganha o mais forte e perde a Igreja, porque não há nada de cristão e evangélico neste conflito.

Portanto, nossas comunidades devem ser acolhedoras, Igrejas abertas como o Coração de Cristo, aberto a todos os que buscam a Deus de coração sincero, aos Movimentos e Associações reconhecidos pela Arquidiocese.

Por outro lado os Movimentos devem sentir e viver com a Igreja e como Igreja. Não há lugar para paralelismo, divisão ou qualquer atitude que venha ferir a unidade da Igreja.

Reconheço os direitos de cada Movimento e Associação em nossas Comunidades Eclesiais de Base. Porém, a cada direito corresponde um dever!

A CNBB já deu suas orientações nos seus vários documentos. A RCC, por exemplo, tem suas orientações no documento 53, cor azul. Este Movimento deve sentir-se honrado por ter recebido orientações específicas do Colégio Episcopal, a CNBB, reconhecendo oficialmente o Movimento, dedicando-lhe um Documento situado na sua coleção mais importante. São orien-

tações precisas, claras.

Sei que muitos presbíteros e leigos não têm simpatia por este Movimento. Contudo, o Santo Padre e a CNBB já se pronunciaram favoráveis a ele com as devidas recomendações. A RCC não tem, pois, necessidade de reconhecimento ou licença de algum padre, uma vez que a Conferência Episcopal já se pronunciou com orientações precisas. Isto é evidente e não há o que comentar.

Sigam, pois, caríssimos irmãos da RCC, as orientações deste documento. Evitem que irmãos que não são do Movimento os rejeitem por causa de certos comportamentos próprios do Movimento, praticados, conforme reclamam certos padres e leigos, onde está reunida toda a Assembleia em oração. Isto tem causado mal-estar e críticas de quem não é do Movimento. Sentem-se desrespeitados. Os líderes do Movimento deverão cuidar para que estas coisas sejam evitadas e, assim, predominem a caridade e o respeito entre todos. O Movimento deve caracterizar-se pelo testemunho humilde na Igreja e pelo serviço específico a quem deseja fazer tal experiência em locais apropriados, e não no meio de uma Comunidade heterogênea como a Assembleia Litúrgica. (Col.3,12-17)

A caridade é um dever de todos. Aquilo que é próprio do Movimento, tendo sido aprovado pela CNBB ou pelo meu antecessor, tenha o seu uso no lugar e ambiente do Movimento. É louvável e necessária a oração de intercessão própria do Movimento em seu encontro de louvor e conversão. Mas preocupa-me o perigo de vulgarização da Eucaristia ao se conduzir o Santíssimo Sacramento para um determinado lugar onde se realiza

o evento orante. Esta prática deve ser precedida de um sério discernimento da necessidade de realizá-la perto do local ou não. Só se permite ao tratar-se de um encontro de um ou mais dias no mesmo local, tendo sido, antes, preparada, dignamente, uma capela provisória. O padre que preside este dia de oração deve cuidar disto com carinho e responsabilidade, dialogando com o pároco da Paróquia onde se dará tal evento. Evitemos, de ambos os lados, dissensões desnecessárias. Somos irmãos e irmãs e nos amamos como tais (Filip. 2,1-11).

03 As chamadas “Novas Comunidades Cristãs”, oriundas de alguns movimentos, devem ter o mesmo cuidado pastoral. Os párocos devem tomar conhecimento destas Comunidades reconhecidas pelo meu antecessor. Peçam-lhes o documento de reconhecimento oficial por parte do Arcebispo em suas respectivas paróquias. Caso tenham somente aprovação verbal ajude-os a formularem corretamente as justificativas, objetivo, carisma etc., apresentando-as ao Arcebispo para que ele confirme por escrito o que lhes foi dado verbalmente. Precisamos, nesta efervescência do surgimento de Novas Comunidades Cristãs, ter o cuidado pastoral de ordená-las e discernir bem se, de fato, trata-se de carismas autênticos para o serviço da Igreja. Não se pode confundir o entusiasmo de uma pessoa ou de um pequeníssimo grupo que ainda não sabe bem o que quer com um carisma especial para a Igreja. Digo-lhes isto em defesa das autênticas Comunidades Cristãs surgidas em todo o mundo. Deus nos conceda sabedoria, prudência e discernimento para fazermos a Sua Vontade! (2Tim4, 1-5)

Como pastor de vocês, saibam que lhes quero muito bem e lhes sou grato pelo testemunho de fé e serviço que a maioria absoluta de vocês, da RCC e de outros Movimentos e Comunidades cristãs, presta às e nas Comunidades Eclesiais de Base. Todos os Movimentos reconhecidos oficialmente pela Igreja têm direito de crescerem em número e qualidade. Não se pode negar o bem que a Legião de Maria, Apostolado da Oração, Vicentinos, Ordens Terceiras, RCC, Comunidades Cristãs, os vários Movimentos Familiares como Encontros de Casais com Cristo, Equipes de Nossa Senhora, Movimento Familiar Cristão etc. têm feito à Igreja. São dons do Espírito para a Igreja. Porém, todos têm o dever sagrado da obediência e do sentir e participar com a Igreja, nossa querida Igreja, onde temos irmãos e irmãs com carismas diferentes a serviço da mesma e única Igreja. Nós, os membros da hierarquia da Igreja temos o grave dever do serviço da unidade, do cuidado para que todos sejam fiéis na proclamação e vivência da fé. Por isso, se for necessário, devemos chamar a atenção, com caridade pastoral, destas pessoas, grupos ou comunidades que estejam assumindo atitudes erradas, escandalizando ou afastando os irmãos da convivência eclesial. (1Cor.4 1-17)

04 A Arquidiocese tem a sua história, suas opções e Diretrizes Pastorais. Há que se respeitar e observar estas opções e diretrizes sem nos esquecermos de que o mundo evoluiu desde a publicação destas Diretrizes Pastorais. Precisamos ser fiéis às diretrizes e abertos à nova linguagem, novos desafios, e novas contribuições de nossa realidade atual que provocam novas reflexões, interrogações no campo

da sociologia, antropologia, filosofia, teologia (cristologia e eclesiologia). Porém, sem perdermos o núcleo de nossas opções, nossos objetivos fundamentais. Daí a importância, sim, de caminharmos para a compreensão e a realização de um Sínodo Arquidiocesano no tempo oportuno porque queremos caminhar juntos como Igreja de Comunhão, Povo de Deus organizado e fiel! (Rom12, 03-13).

05 Destaca-se na História de nossa Igreja, além do diálogo com o mundo nos seus diversos aspectos e desafios, como também, o forte espírito ecumênico, o zelo que as Comunidades Eclesiais de Base têm tido pelas celebrações litúrgicas, especialmente a Eucaristia, bem preparadas e participadas. O amor à Sagrada Liturgia é um fato em todas as Comunidades Eclesiais de Base. Considero isto uma grande bênção para a nossa Arquidiocese. A Liturgia é muito importante para todos nós, pois celebra o Mistério Pascal, quando, a vida do povo, seus sofrimentos, lutas e esperança é orada e cantada em versos, ressaltando a Fé e Vida, unidas e expressas com ardor. (1Cor.10,3 1-33)

Os Ministros da Distribuição da Comunhão estão subordinados ao Pároco. Este é o primeiro responsável por todas as Igrejas da rede de comunidades que compõem a Paróquia. O Pároco deve ter um zelo especial pelo Sacrário onde estão as Sagradas Reservas. Para retirar o Santíssimo de dentro do Sacrário o Ministro deverá ter a licença prévia do Pároco e o uso obrigatório da veste própria para este momento.

Precisamos ter muito cuidado em nossas celebrações com a distribuição da comunhão. Algumas Comunidades correm

o risco de vulgarizar a Sagrada Eucaristia na ânsia de melhor evidenciar o Sacramento através do pão ázimo, descuidando-se das partículas de tal modo que podem cair no chão e serem pisadas pelos que se aproximam para receber a comunhão. É o perigo da vulgarização e da falta de respeito para com aquilo que é Sagrado e Santo para nós. Nesta questão não há o que ponderar senão cuidar da correta distribuição da Eucaristia sem nos permitir o mínimo descuido ou erro. Não exponham ao ridículo aquilo que nos é caro! Quero de todos os ministros fidelidade e obediência. A Dimensão Litúrgica Arquidiocesana está atenta e preocupada com esta questão e está orientando bem como se deve proceder.

06 As normas do Missal Romano são provenientes da Santa Sé. As orientações da CNBB, em seu documento de cor azul, são orientações de uma Conferência Episcopal! Todos devemos obedecer estas normas e observar estas orientações. O Arcebispo e seu presbitério são responsáveis pelo que acontece em nossas celebrações litúrgicas na Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo.

Não poucas vezes algumas atitudes erradas do ponto de vista da Liturgia Romana cometidas por presbíteros nas TVs católicas são assimiladas nas Dioceses como certas e normais. Ora, estes presbíteros, por mais santos que sejam, não são exemplos a seguir no que diz respeito às normas litúrgicas da Igreja. Todos devemos seguir as orientações, no nosso caso, da Arquidiocese. Temos pessoas especializadas para nos ajudar neste setor. Por isso, todos os agentes de pastorais, os dirigentes de Movimentos, os presbíteros e diáconos devem estudar as normas do Missal

Romano e os documentos de cor azul, publicados pela CNBB. Assim evitaremos aborrecimentos e acusações constantes, comentários sobre este ou aquele Movimento sobre esta ou aquela Comunidade Eclesial de Base.

07 Será oportuno e muito louvável da parte de todos nós e de modo especial, da parte dos presbíteros, do nosso Instituto de Filosofia e Teologia e Equipes de Liturgia, o estudo da recente instrução da Santa Sé: O SACRAMENTO DA REDENÇÃO, sobre alguns aspectos que devemos observar e evitar acerca da Santíssima Eucaristia.

08 Resta-me, ainda, uma observação a lhes fazer: Em vista, sempre, de uma maior e mais profunda comunhão entre nós, insisto em lhes reafirmar que a Igreja não tem partido político. Nossa política é a do Bem Comum sem nos apegarmos a uma facção partidária, com grande respeito à liberdade religiosa, direito sagrado de cada ser humano. Somos ecumênicos e reconhecemos candidatos éticos e bons que professam a fé diferente de nós e entre nós. Mas, não somos ingênuos e estamos atentos aos compromissos e atitudes, sob o imperativo da ética, dos candidatos cristãos ou não cristãos.

Aos membros do Clero não lhes é permitido afiliarem-se a um partido e nem se candidatarem a um cargo político partidário.

Os leigos que estiverem exercendo algum cargo ou ministério na Igreja, e, se tiverem vocação político partidária aconselho-os a se candidatarem porque esta missão é própria do leigo. Porém, jamais poderão usar do serviço que a Igreja lhes confiou para se promoverem politicamente ou fazerem propa-

ganda de seus candidatos. Nem lhes é permitido, no exercício de seu ministério, usar qualquer distintivo que indique sua opção partidária. Melhor será, ainda, não exercer o ministério durante o período eleitoral.

Os religiosos não clérigos estão sujeitos à legislação de suas respectivas famílias Religiosas, como também da Arquidiocese.

A ninguém é permitido fazer política partidária durante uma celebração litúrgica ou quando a Igreja estiver em oração nos pequenos grupos e Comunidades.

Poderia ser, no entanto, muito proveitoso a promoção de debates entre os vários candidatos no salão paroquial, orientados e coordenados pela Comissão de Fé e Política da Arquidiocese. É proibido o uso da Igreja para qualquer propaganda ou debate político. Ali é lugar sagrado para a Igreja orar e celebrar o Mistério Pascal. Espero que os Projetos destes candidatos leigos sejam reflexos da vivência cristã pessoal e comunitária, isto é, iluminados pelo Evangelho, explicitados no ensinamento social da Igreja. Fé e Vida!

A todos recomendo e insisto tempestivamente: Caridade nas palavras e nos gestos! Todos os candidatos têm direito ao nosso respeito! Sejam as eleições um momento forte de alegria de todos os cidadãos (ãs) no exercício do direito do voto.

09 Neste semestre farei Visitas Pastorais, quando haverá possibilidade de um encontro do Conselho Paroquial com a Equipe Administrativa da Arquidiocese e a Coordenação de Pastoral. Juntos daremos as orientações necessárias.

Certamente não terei muito tempo para tantas celebrações

ou compromissos diversos como gostaria. Aquilo, pois, que um leigo das seis dimensões pastorais pode realizar, ou, mesmo um presbítero, como por exemplo reuniões, visitas a uma autoridade e a certos lugares, espero que eles tenham a prioridade e deixem o arcebispo mais para aquilo que lhe é próprio, Crismas, Ordenações, Eucaristias. Agradeço a compreensão de todos.

Peço aos caríssimos Párocos e aos responsáveis pelos Movimentos, Associações Religiosas e Novas Comunidades Cristãs, façam com que todos os irmãos e irmãs tomem conhecimento do conteúdo desta carta.

Nossa Senhora da Penha nos abençoe e nos ensine a ouvir e acolher o outro, a deixar-nos conduzir pelo Espírito Santo na busca contínua de uma maior e profunda Comunhão.

Deus Pai, Filho e Espírito Santo nos conceda a Sua Bênção!

REFERÊNCIAS DA PESQUISA

- ▶ As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil. Doc. 25 da CNBB, 1982
- ▶ Bula de nomeação de Dom Dario Campos, ofm, bispo da Diocese de Cachoeiro de Itapemirim, 2011
- ▶ COSTA, Fabrício Roberto. Comunidades Eclesiais de Base e teologia da libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. Revista Intratexto, RJ v. 2. Fabrício Roberto Costa, 2010
- ▶ Diretrizes Gerais da CNBB (2011-2015)
- ▶ Discurso do Papa João Paulo II aos Bispos do Regional Leste II do Brasil em visita “Ad Limina Apostolorum”. Nov. 2002.
- ▶ Documento de Aparecida, 2007
- ▶ Documento de Medellín, 1968
- ▶ Documento de Puebla, 1979
- ▶ Mensagem do Papa João Paulo II aos líderes das Comunidades Eclesiais de Base do Brasil. Edirora Vaticana, 1980
- ▶ Missão e Ministérios dos cristãos leigos e leigas. Doc. 62 da CNBB, 1999
- ▶ O que é Comunidade Eclesial de Base. Frei Beto, 1981
- ▶ Revista IDeAS v. 2, UFRRJ, 2008
- ▶ THEJE, Marjo. Tudo que é de Deus é bom: uma antropologia do catolicismo liberacionista em Guaranhuns, Brasil. Ed. Massangana, 2002

